

**O JOGO DAS OPOSIÇÕES E DISTINÇÕES: A CRISE NACIONAL
E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA DISPUTA ELEITORAL SUL-RIO-
GRANDENSE (1954)**

**THE GAME OF OPPOSITIONS AND DISTINCTIONS: THE
NATIONAL CRISIS AND ITS CONSEQUENCES IN THE
ELECTORAL DISPUTE OF RIO GRANDE DO SUL (1954)**

**EL JUEGO DE OPOSICIONES Y DISTINCIONES: LA CRISIS
NACIONAL Y SUS CONSECUENCIAS EN LA DISPUTA
ELECTORAL SUR-RÍO-GRANDENSE (1954)**

Marcos Jovino Asturianⁱ

Resumo: Em 1954, o PSD, a UDN e o PL formaram uma coligação – Frente Democrática (FD) – contrária a Getúlio Vargas e, em consequência, ao governo estadual petebista de Ernesto Dornelles. A crise nacional – a inflação, o atentado da rua Tonelero, os desdobramentos do respectivo inquérito e o suicídio do presidente Vargas – permeou a disputa eleitoral no Rio Grande do Sul. De um lado, os trabalhistas e a retórica da “justiça das urnas” para vingar-se dos “golpistas”. De outro, os oposicionistas acusando o próprio PTB pelo derradeiro ato de Vargas. A partir da análise da propaganda eleitoral veiculada nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, este trabalho tem por objetivo compreender as narrativas produzidas pelos dois lados da contenda no jogo das oposições e distinções.

Palavras-chave: Frente Democrática. Trabalhistas. Eleições no Rio Grande do Sul.

Abstract: In 1954, the *PSD*, the *UDN* and the *PL* formed a coalition – *Frente Democrática (FD)* – opposed to *Getúlio Vargas* and, consequently, to the *petebista* state government of *Ernesto Dornelles*. The national crisis - inflation, the attack on Tonelero Street, the consequences of the respective inquiry and the suicide of President *Vargas* - permeated the electoral dispute in *Rio Grande do Sul*. On the one hand, the *trabalhistas* and the rhetoric of "ballot box justice" to take revenge on the "scammers". On the other, the oppositionists accusing the *PTB* itself for *Vargas's* last act. From the analysis of the electoral propaganda published in the *Correio do Povo* and *Diário de Notícias* newspapers, this work aims to understand the narratives produced by both sides of the struggle in the game of oppositions and distinctions.

Keywords: Frente Democrática. Trabalhistas. Elections in Rio Grande do Sul.

Resumen: En 1954, el PSD, la UDN y el PL formarán una coalición – Frente Democrático (FD) – contrario a Getúlio Vargas e, en consecuencia, al gobierno estatal petebista de Ernesto Dornelles. La crisis nacional – la inflación, el ataque de la calle Tonelero, los desarrollos de la investigación respectiva y el suicidio del presidente Vargas – permeó la disputa electoral en el Río Grande del Sur. Por un lado, los laboristas y la retórica de la "justicia de las urnas" para vengarse de los "estafadores". De otro, la oposición acusando el propio PTB por el último acto de Vargas. Del análisis de la propaganda electoral *publicado en los periódicos* Correo del Pueblo y Diario de Noticias, este trabajo tiene como objetivo entender las narrativas producidas por los dos lados de los conflictos en el juego de oposiciones y distinciones.

Palabras-clave: Frente Democrático. Laboristas. Elecciones en el Río Grande do Sur.

Introdução

Este artigo visa compreender a influência da crise nacional nas narrativas produzidas pela Frente Democrática (FD) e pelos trabalhistas na disputa eleitoral sul-riograndense no ano de 1954. Para tanto, serão analisadas as propagandas eleitorais dos respectivos partidos veiculadas nos **jornais**ⁱⁱ *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*. Para a compreensão do jogo político torna-se elementar considerar a lógica relacional entre os partidos e candidatos, por meio do jogo das oposições e das distinções.

A luta política é também uma luta simbólica, assim como a dinâmica relacional é a construção da legitimidade de si por meio da deslegitimação do outro. De acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998, p. 178), os partidos só têm existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo.

Cabe destacar que, o presente trabalho analisa as narrativas produzidas pelos partidos e reproduzidas nos jornais, ou seja, preocupa-se com a produção e a divulgação de ideias-força, sendo assim, não contemplando a questão da recepção. Ademais, não se pretende averiguar o campo **jornalístico**.ⁱⁱⁱ A escolha dos respectivos periódicos justifica-se pelo fato de serem jornais de grande circulação no Rio Grande do Sul.

No que diz respeito às eleições de 1954, a formação das clivagens políticas deve ser buscada ainda nas eleições de 1951 para a Prefeitura de Porto Alegre, inaudita para a capital após a democratização do país. Pela primeira vez, os três grandes partidos conservadores liberais, Partido Social Democrático (PSD), Partido Libertador (PL) e União Democrática Nacional (UDN) aliam-se na Frente Democrática (FD) em torno da candidatura de Ildo Meneghetti, do PSD, derrotando – no principal reduto trabalhista – o

candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Leonel Brizola. Assim, foi reeditada a Frente Democrática, reunindo, no Estado, os três partidos em torno do candidato pessedista. A Frente Democrática teve também o apoio do recém-formado Partido Democrata Cristão (PDC).

O PTB, por sua vez, após disputas internas deliberou pelo nome do senador Alberto Pasqualini para concorrer ao executivo estadual. Então, ficaram assim definidas as candidaturas para o pleito majoritário estadual de 1954: Ildo Meneghetti (PSD-PL-UDN), **Alberto Pasqualini (PTB)**^{iv}, Wolfran Metzler (PRP) e **José Diogo Brochado da Rocha (PSP)**.^v

Apesar da existência do PDC e de outros “partidos menores”, a luta política sul-rio-grandense se havia reduzido ao conflito político entre o PTB e a Frente Democrática: aliança anti-PTB. O PSD, o PL e a UDN continuaram a concorrer em chapas separadas para a Câmara dos Deputados e para o legislativo estadual. Todavia, segundo o brasilianista Carlos Cortés (2007, p. 235) nos embates eleitorais com os petebistas, tanto para o Senado quanto para governador, os três partidos da Frente Democrática funcionavam basicamente como força única.

A crise política nacional e suas implicações no processo eleitoral sul-rio-grandense

A questão da sucessão ao governo estadual no Rio Grande do Sul esteve permeada pela crise **política existente**^{vi}, pois o segundo governo Vargas enfrentava um quadro de tensões sociais provocadas pelo aumento da inflação e do custo de vida que atingia, sobretudo os setores médios e o operariado.^{vii} A grande imprensa interligada aos setores oposicionistas, tornava-se porta voz dos interesses contrários aos **governos trabalhistas**.^{viii}

Vargas governava o país em um contexto de pressão com perspectivas de *impeachment* e, inclusive, de golpe de Estado. De acordo com Lisandre Oliveira (2008, p. 228), o PSD nacional posicionou-se de forma contrária à proposição referente à retirada do presidente, porém não defendeu a permanência de Getúlio e, sim, a sobrevivência das instituições do regime, isto é, arcabouço político utilizado de forma consensual pelo partido para um “afastamento voluntário” de Vargas. No Rio Grande do Sul, o PSD “ortodoxo” declarou-se publicamente favorável ao processo de *impeachment*.

No final do mês de julho, os embates diretos entre pessedistas e petebistas – muitos envolvidos na crise política nacional – já podem ser observados na imprensa escrita. O PTB, em *a pedido*, criticava a Frente Democrática por fazer “exploração demagógica” concernente à causa do aumento dos preços. Os trabalhistas defendiam Vargas e, ao mesmo tempo, acusavam o governo Dutra pelo aumento vertiginoso dos valores dos gêneros, sem que tivesse havido, paralelamente, compensação, ou seja, aumento salarial. Conforme a propaganda do partido, o senador Alberto Pasqualini seria o entendedor das causas do “fenômeno” e poderia “apontar o remédio”, enquanto as “forças reacionárias” aproveitam-se da crise para obterem dividendos eleitorais em virtude do “descontentamento do povo”.

[...] Quem é que se opõe ao congelamento dos preços? O povo, o governo, os trabalhistas? Não! Os grão senhores que não querem saber de limites para seus lucros lá estão, igualmente, na Frente Democrática! Quem é que desencadeou a tremenda onda contra o novo nível de salário mínimo, quem foi que remarcou os preços na proporção de três vezes mais do que o aumento de salário? O povo? O PTB? Não. Procurem na Frente Democrática e ali identificarão todos os autores dessas e de outras manobras. E agora, servindo-se dessa situação por eles mesmo criada, por eles mesmos mantida e por eles mesmos explorada, esperam que o povo caia como um ratinho na ratoeira por eles próprios armada [...] Seria todo um povo a marchar para um duplo suicídio: suicídio econômico e suicídio político (CORREIO DO POVO, 28 de julho de 1954, p. 5).

Os desdobramentos da crise nacional repercutiam e influenciavam diretamente os partidos e candidatos em suas respectivas campanhas eleitorais. O *Diário de Notícias*, no dia 3 de agosto de 1954, nas notícias políticas estaduais, publicou parte do discurso de Alberto Pasqualini pronunciado em Novo Hamburgo:

Estamos, mais uma vez, lado a lado, num outro embate que decidirá os rumos políticos e administrativos do Estado. Não se trata de uma competição pessoal pela posse do governo. Se assim fôsse, eu não estaria aqui a vos falar neste momento. O que está novamente em jogo é a causa do trabalhador. Não podeis alimentar qualquer ilusão a respeito das verdadeiras intenções daqueles que, a pretexto de salvaguardar a democracia, que dizem ameaçada, investem contra os trabalhistas e o governo, acusando-nos até de estarmos conspirando contra o regime. Há, em verdade, no meio de tudo isso, uma grande conspiração, mas que não parte de nós e sim das forças reacionárias. Exploram uma situação ocasional de dificuldades, tentam minar a fé e as esperanças do povo, espalhando a confusão e a descrença, a fim de preparar ambiente para retroceder na marcha das conquistas sociais (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3 de agosto de 1954, p. 9).

Em 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda foi vítima de um atentado, ocorrido na rua Toneleros, em Copacabana, no Rio de Janeiro. O udenista saiu ferido – com um tiro no pé –, mas o major da Aeronáutica que o acompanhava, Rubem Vaz, morreu. O desenvolvimento do inquérito sobre o episódio revelou o envolvimento de membros da

guarda pessoal do presidente Vargas no crime. As notícias sobre o crime tiveram grande repercussão na imprensa. Logo, a oposição multiplicou os ataques ao governo federal.

A imprensa publicou uma nota oficial do PSD sul-rio-grandense:

O Partido Social Democrático, Secção do Rio Grande do Sul, traduzindo a deliberação unânime adotada pela sua Convenção, ao aprovar expressiva moção em que se condena com veemência os acontecimentos de que foi teatro a Capital da República e dos quais resultou o barbaro assassinato do major Florentino Vaz e o covarde atentado ao jornalista Carlos de Lacerda, manifesta a sua indignação e a sua repulsa a tais processos, denunciadores de um clima propício ao vandalismo e a perversidade. O PSD Riograndense, comungando com a justa revolta que êsses acontecimentos provocaram na opinião pública nacional, que não esconde a sua apreensão ante a insegurança que aqueles fatos pronunciam, expressa a sua solidariedade à ação e à vigilância desenvolvidas pelas nossas Forças Armadas que, como responsáveis pela segurança interna do país e garantia do regime, se empenham decididamente para que os autores de tão brutal atentado não escapem à ação punitiva (CORREIO DO POVO, 13 de agosto de 1954, p. 16).

A Frente Democrática atacava tanto o governo federal quanto o estadual. Acusava os governos trabalhistas de serem “nefastos” e “prejudiciais” aos “interesses nacionais”:

[...] Todos sabem, o país inteiro conhece, que a grande crise do Brasil, passados estes anos de administração trabalhista, é de ordem moral. A suspeição, os escândalos, as denúncias e as acusações, roubaram ao governo autoridade e confiança popular [...] (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 de agosto de 1954, p. 2).

Desde o atentado contra Lacerda e seus desdobramentos, a linguagem política se fizera violenta, desaparecendo o respeito e a inicial cordialidade entre os partidos. Um “grupo de trabalhistas” publicou um *a pedido* na imprensa. Nessa propaganda, se dizia, em suma, que a Frente Democrática estava caluniando João Goulart, acusando-o de ter sido o mandante do atentado, cujo objetivo era derrubar o governo democraticamente eleito. “[...] Enquanto o povo e o governo aguardam com serenidade e confiança o esclarecimento [...] do crime da rua Toneleros [...] uma oposição desvairada, procura fomentar a desordem e o golpe”. (CORREIO DO POVO, 20 de agosto de 1954, p. 7).

No dia subsequente, um *a pedido* mandado transcrever do jornal “**Estado do Rio Grande**”,^{ix} por um “grupo de rio-grandenses”, manteve Jango sob suspeita em relação ao respectivo episódio, bem como todo o entorno do governo Vargas: “[...] se o sr. João Goulart não nos merecia acusação, merecia-nos a suspeita, como a merecem todos os elementos da copa e da cozinha do sr. Getulio Vargas [...]” (CORREIO DO POVO, 21 de agosto de 1954, p. 5).

Sobre a crise política nacional:

Liderados pelo enfurecido Lacerda, explodiram por todo o país, nos editoriais dos jornais e das rádios, pedidos para que Getúlio renunciasse. Os ex-presidentes

Arthur Bernardes e Eurico Gaspar Dutra pediram a Vargas que, pelo bem do país, renunciasse. Oficiais da Força Aérea e generais do Exército exigiram que Getúlio abandonasse o cargo. O vice-presidente Café Filho sugeriu a Vargas que ambos renunciassem, para que o Congresso pudesse eleger um sucessor interino até a eleição de 1955, mas Vargas respondeu: “Em hipótese nenhuma renunciarei. Se eles tentarem tomar o Catete, terão de passar primeiro por cima de meu cadáver” (CORTÉS, 2007, p. 229).

A 24 de agosto daquele ano, o presidente Getúlio Vargas, pressionado e isolado politicamente, **cometeu suicídio**.^x As articulações políticas no Estado estão conectadas com esses acontecimentos. O governo Dornelles estava alinhado ao governo federal, assim como João Goulart – que havia sido Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul – acabou diretamente envolvido na crise política nacional. No plano político local, a oposição ao governo federal, em muitos casos, também representava oposição ao governo estadual.

O impacto de sua morte foi sentido em todo país, assim como foi deveras violento no Rio Grande do Sul, **sobretudo na capital**.^{xi} As sedes dos partidos PSD, UDN e PL foram saqueadas e incendiadas, vários prédios destruídos ou seriamente danificados (CORREIO DO POVO, 25 de agosto de 1954, p. 16). As instalações do jornal *Diário de Notícias* foram destruídas, impedindo-o de circular naquele momento. Houve um efeito imediato da morte do presidente sobre o processo político sul-rio-grandense: a paralisação da campanha eleitoral.

Cabe dizer que, os *Diários Associados* destacavam-se como opositores diretos do governo federal. Assis Chateaubriand, então senador pelo PSD, criticava contundentemente os aspectos nacionalistas do governo Vargas. Essa oposição intensificou-se após o atentado ao jornalista Carlos Lacerda. O *Diário de Notícias* fez intensa cobertura jornalística do caso, sendo o diretor-secretário da redação – Say Marques – um convicto opositor de Vargas (DE GRANDI, 2005, p. 85).

Os editoriais do jornal – escritos por Ernesto Corrêa – abordaram sistematicamente a questão do atentado a Carlos Lacerda e da necessidade de os fatos serem apurados. Entretanto, sempre foi destacado o zelo pela constitucionalidade (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 7 de agosto de 1954, p. 4; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 de agosto de 1954, p. 4; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 de agosto de 1954, p. 4). Faz-se necessário ressaltar que as eleições estaduais estavam intrinsecamente ligadas à crise política nacional, e o que se referia ao governo Vargas tinha implicação direta com o governo Dornelles, bem como com a disputa eleitoral local.

Em fins de agosto, o PSD – em virtude da “destruição dos documentos e arquivos da sede partidária” – convocou os “companheiros dos Diretórios Municipais” para a Convenção Estadual (CORREIO DO POVO, 29 de agosto de 1954, p. 36). A Frente Democrática veiculou na imprensa sua propaganda por meio de *a pedido* denominado “Roteiro da Vitória: novos triunfos de Ildo Meneghetti nos municípios e distritos gaúchos”, isto é, a cobertura dada pela aliança oposicionista dos comícios realizados em Bom Jesus, Vacaria, Sananduva, Cambará e Paim Filho (CORREIO DO POVO, 31 de agosto de 1954, p. 12).

No início de setembro, um *a pedido* de Ildo Meneghetti, lido no dia anterior diante da convenção estadual pessedista, foi publicado na capa do jornal *Correio do Povo*. Inicialmente o candidato da oposição sublinhou que aquele momento exigia “responsabilidade e clareza”. Sob o impacto da Carta Testamento, se dizia “contrário a qualquer imperialismo econômico, qualquer que seja a sua origem ideológica ou a sua nacionalidade”. Por fim, criticou a exploração eleitoral dos acontecimentos pelos adversários – no caso o suicídio de Vargas –, ressaltou a importância das eleições para o regime democrático e utilizou-se de uma retórica cristã para expressar o seu único compromisso: “realizar o bem público e cumprir a Constituição” (CORREIO DO POVO, 2 de setembro de 1954, p. capa).

No *a pedido* intitulado “Silêncio que Compromete”, faz-se uma cobrança das “autoridades constituídas” que por “omissão” e “negligência” nada fizeram em relação aos eventos ocorridos na capital, no dia 24 de agosto daquele ano (CORREIO DO POVO, 2 de setembro de 1954, p. 7). Já na convenção pessedista – noticiada pelo *Correio do Povo* –, fora ressaltado a coesão partidária e o protesto em face dos recentes acontecimentos. O deputado Clóvis Pestana fez um relato do contexto político na capital federal, afirmando que: “[...] o presidente da República chegara a uma situação de completa perda de controle sobre os próprios grupos que o rodeavam [...]”. Além disso, elogiou o papel das Forças Armadas no decorrer da crise, bem como apoiou o vice-presidente Café Filho devido às circunstâncias daquele momento histórico: “[...] em primeiro lugar, pelo seu caráter de restauração da moralidade administrativa [...]; em segundo lugar, como um governo de união nacional e de combate e repressão aos comunistas” (CORREIO DO POVO, 2 de setembro de 1954, p. 18).

O PSD via *a pedido*, destacou os principais momentos de sua convenção estadual: o grande índice de comparecimento de delegados credenciados e o entusiasmo de todos os presentes. A agremiação priorizou, igualmente, os discursos de suas lideranças referente à destruição da sede do partido, assim como as críticas ao governo petebista de Ernesto Dornelles.

[...] uma sede em escombros, com as portas e janelas quebradas, como se por ali tivesse passado uma horda de bárbaros [...] O sr. Peracchi Barcellos chamou a atenção dos convencionais para aquela singularidade em que se realizava a assembléia pessedista: nem sequer cadeiras havia para os convencionais. Que olhassem todos em derredor e vissem, naqueles escombros, naquele rastro de destruição e violência, um indício do que seria a continuidade do PTB no govêrno: ameaças e depredações contra a propriedade privada, contra a ordem e a tranquilidade da família riograndense [...] (CORREIO DO POVO, 4 de setembro de 1954, p. 10).

A coligação oposicionista utilizou habilmente os efeitos da morte de Vargas. O pânico e os receios dos setores médios urbanos e dos pequenos e médios agricultores foram explorados intensamente. O candidato Ildo Meneghetti pregou a defesa da “ordem e tranquilidade”, sendo o candidato da Frente Democrática apresentado como defensor da propriedade privada, da família e da religião (BODEA, 1992, p. 121-122).

A Frente Democrática e, sobretudo, o PSD, por meio do presidente regional do partido, deputado Peracchi Barcellos, encaminhou uma solicitação de abertura de Comissão de Inquérito ao Legislativo sul-rio-grandense, cuja finalidade era investigar os atos de “vandalismos” e a “conivência” ou “omissão” por parte do governo estadual.

Somente quando a insurreição ameaçava toda a capital, Ernesto Dornelles solicitou auxílio ao Exército. A repressão foi branda em comparação à repressão ocorrida no Rio de Janeiro. As autoridades militares sul-rio-grandenses evitaram repetir os trágicos episódios ocorridos na capital da República, onde o motim esgotou-se em poucas horas, com o saldo de dois mortos, dezenas de feridos e a cidade em escombros (FERREIRA, 2011, p. 312).

O impacto da “quebradeira” na capital após o suicídio de Vargas foi utilizado intensamente pelos oposicionistas em detrimento da candidatura petebista. A candidatura da Frente Democrática passou a ser considerada o único caminho para a “ordem e tranquilidade”. Um *a pedido* assinado por José Antônio Aranha conclamava ao “povo do Rio Grande do Sul” para a organização de “Comitês Populares Pró Ildo Meneghetti” em todos “os municípios, distritos, bairros e ruas”. Nesse texto, escrito em tom apelativo,

defende-se o candidato da Frente Democrática em virtude das “influências internas ou externas” que ameaçavam independência do país. Assim, era o lema desses comitês: “Eleições livres a 3 de Outubro! Respeito à Constituição! Segurança das liberdades públicas! Independência econômica! Paz, ordem, tranquilidade e bem estar para o povo!” (CORREIO DO POVO, 5 de setembro de 1954, p. 44).

O governador Ernesto Dornelles – em entrevista ao *Correio do Povo* – foi um dos primeiros petebistas a manifestar-se após o suicídio de Vargas. Nos termos em que ele pensava, a “vitória do povo” – eleição de 1950 para a presidência da república – provocou a resistência por parte das “forças reacionárias”. Estas teriam desencadeado no país a “contrarrevolução”. Acusou também a oposição de “confundir a opinião pública” e ameaçar a “estabilidade do regime” por meio do envolvimento das “Forças Armadas”.

Já sobre as acusações de “omissão” pelos acontecimentos na capital, defendeu-se:

[...] Aqui e ali, sob o impacto de incoercível emoção, houve excessos condenáveis. Tudo que eu poderia fazer para acalmar os ânimos foi feito [...] A ordem foi restabelecida. Há críticas por que a polícia não fez vítimas, não sacrificou vidas. Os que pretendiam que se derramasse o generoso sangue gaúcho estariam hoje tripudiando sobre as autoridades, visando, ainda ali, objetivos eleitoralistas [...] (CORREIO DO POVO, 5 de setembro de 1954, p. 20).

No dia do suicídio do presidente, Porto Alegre foi praticamente paralisada por uma greve espontânea dos principais serviços públicos. O governador Ernesto Dornelles e a Brigada Militar – a ele subordinada – assistiram perplexos aos acontecimentos. Preocupado em “defrontar-se com as próprias bases do trabalhismo”, o governador evitou desencadear a repressão (BODEA, 1992, p. 120).

No *a pedido* intitulado “A Frente Democrática e a entrevista do Gen. Dornelles”, foram feitas críticas contundentes ao governador:

[...] saindo de sua habitual inércia, veio a público tratar dos últimos acontecimentos [...] Não o fez, porém como Governador do Estado, mas, apenas, como chefe político de uma agremiação partidária, com exclusiva preocupação de grangear votos para seus companheiros e sua legenda [...] Para S. Excia. como para qualquer orador suburbano à caça de votos, não há distinção mais fácil e simples do que esta: todos os partidos e pessoas que discordaram do governo do sr. Getúlio Vargas [...] passam automaticamente a ser apontadas como delegados e representantes, instrumentos ou dirigentes das forças reacionárias do capitalismo insaciável [...] Todo o esforço do PTB está concentrado em confundir a opinião pública, capitalizando o choque emocional e o sentimento causados pela morte do ilustre riograndense [...] Se S. Excia. sentir que não tem como se justificar e defender da omissão da indiferença, da inércia e da complacência com que o Governo assistiu aos assaltos e ao saque na Capital do Estado, que, então, ao menos, não diga coisa nenhuma [...] (CORREIO DO POVO, 7 de setembro de 1954, p. 2).

Entrementes, uma carta de Manuel Antônio Vargas – filho de Getúlio – que foi publicada na imprensa sob o título “Os inimigos de Getúlio Vargas confundem-se hoje com os inimigos da Pátria” – também utilizado como uma espécie de *slogan* de sua campanha à Câmara Federal (CORREIO DO POVO, 11 de setembro de 1954, p. 12) – apregoava o nacionalismo e criticava o imperialismo. Preocupou-se, outrossim, com a votação que se aproximava: “[...] Nossa disposição de colher a sentença das urnas a 3 de outubro, quando serão julgados os matadores de Getúlio Vargas, fará recuar a eterna e vigilante ambição dos golpistas [...]” (CORREIO DO POVO, 5 de setembro de 1954, p. 44).

A Frente Democrática lançaria um *a pedido* visando dar uma resposta à carta de Manoel Vargas que teria como objetivo somente “favorecer os candidatos petebistas”. Nesse texto, sublinhava-se que Getúlio Vargas “não tinha inimigos pessoais” no campo oposicionista, pois seus inimigos seriam “os que planejaram e executaram a tocaia da rua Toneleros”. E mais adiante, defenderam-se contra as acusações concernentes a desestabilização da democracia, assim como de uma suposta posição favorável ao imperialismo estrangeiro. Por fim, abordou-se sobre a “exploração eleitoral” em torno da morte do presidente: “[...] a candidatura do eng. Ildo Meneghetti [...] reclama e exige liberdade, honestidade [...] Ela protesta e combate tôdas as formas de demagogia e de confusão, de exploração eleitoral e de violência às consciências [...]” (CORREIO DO POVO, 10 de setembro de 1954, p. 9).

Cortés definiu a campanha petebista, após a morte de Vargas, como sendo uma “cruzada metafísica por vingança”,

Com a tradicional bravata gaúcha e falta de sutileza, o PTB superestimou sua posição, transformando a campanha numa cruzada metafísica por vingança. Ficou claro que uma vitória estadual do PTB ultrapassaria a mera expressão de ressentimento gaúcho contra o Brasil, como já acontecera durante a Revolução Farroupilha e a Revolução de 1930. Também, resultaria na vingança do PTB gaúcho contra os inimigos locais de Vargas, principalmente contra a Frente Democrática. A campanha do PTB ficou caracterizada pelos discursos inflamados e por ameaças de violência, liderados pelo candidato ao Senado Ruy Ramos e pelo candidato ao Congresso Leonel Brizola. Moderados, independentes e gente que defendida a autonomia do estado, que talvez teriam votado em protesto com o PTB, ficaram, ao contrário, assustados e correram para a FD [Frente Democrática] (CORTÉS, 2007, p. 231-232).

De acordo com Bodea (1992, p. 123), houve entre os líderes trabalhistas um processo de “radicalismo” e “emocionalidade”, cujo efeito eleitoral tornou-se negativo.

Políticos influentes do trabalhismo estadual, como o candidato ao senado João Goulart, trouxeram para o primeiro plano as bandeiras “nacionalista” e “anti-imperialista”. Naquele contexto, o partido passou a ter uma oposição mais aberta da Liga Eleitoral Católica (LEC).

Ainda segundo o mesmo autor (1992, p. 123):

No campo trabalhista [...] houve erros de avaliação em relação ao impacto mais imediato do 24 de agosto. Se é verdade que o gesto extremo de Getúlio conjurara o perigo de um golpe militar por parte das forças de direita, os incidentes que se seguiram, somados à radicalização e emotividade crescentes da campanha trabalhista tiveram o efeito negativo de assustar a classe média e alienar setores mais moderados do eleitorado, efeito este que os líderes trabalhistas certamente subestimaram.

No mês de setembro, a questão da “exploração eleitoral” ocupou permanentemente as páginas da Frente Democrática veiculadas na imprensa escrita. A retórica trabalhista – que as “urnas fariam justiça” em memória do presidente Vargas contra os seus “inimigos golpistas” – foi sistematicamente combatida durante a campanha política.

Imagem 1 - *A pedido* do PTB em alusão aos trinta dias do falecimento do presidente Getúlio Vargas.



Fonte: CORREIO DO POVO, 24 de setembro de 1954, p. 5.

Nesse *a pedido* petebista, destacavam-se as seguintes premissas: “O povo vingará esse crime no dia 3 de outubro” e “cada voto dado à Frente Democrática será mais um tiro desfechado no coração de Getúlio Vargas” (CORREIO DO POVO, 24 de setembro de 1954, p. 5). Portanto, os oposicionistas empenhavam-se a contrapô-las, acusando seus adversários de: “[...] querer explorar o Poder, explorando ainda, com o corpo do morto, o sentimento do Povo”, assim como “[...] aproveitarem da desgraça [...] quais náufragos em pleno oceano agarram-se ao suicídio de Getúlio Vargas como tábua salvadora, com o repugnante intuito de caçar alguns votos [...]” (CORREIO DO POVO, 12 de setembro de 1954, p. 48; CORREIO DO POVO, 14 de setembro de 1954, p. 3).

A Frente Democrática ressaltou os “meios desonestos” do PTB, cujo objetivo seria “enganar e mentir para caçar votos de eleitores menos avisados”. Destacou-se que: “[...] a exploração sobre o cadáver do sr. Getúlio Vargas vai caindo no ridículo [...]”. Por fim, os petebistas foram retratados como “verdadeiros gusanos da morte” que exploram o cadáver do ex-presidente para a “realização de fins políticos”, isto é, a prática de “necrofilia política” (CORREIO DO POVO, 19 de setembro de 1954, p. 13; CORREIO

DO POVO, 25 de setembro de 1954, p. 18; CORREIO DO POVO, 26 de setembro de 1954, p. 12).

Há, enfim, por parte dos petebistas, práticas de mobilização simbólica em torno da morte do presidente. O grande capital político de Getúlio Vargas e a comoção nacional devido ao seu suicídio estabeleceram, na disputa eleitoral, duas narrativas principais. As respectivas narrativas encontram-se em um jogo de oposições e distinções. Nos polos: os trabalhistas e a retórica da “justiça das urnas” para vingar-se dos “golpistas” e a que sustentava o contrário, ou seja, a acusação de que o próprio PTB era o principal culpado pelo derradeiro ato de Vargas.

O “atentado da rua Toneleros” e a campanha eleitoral no Rio Grande do Sul

A Frente Democrática utilizou-se sistematicamente dos desdobramentos do inquérito referente ao “atentado da Toneleros” em detrimento dos trabalhistas na disputa eleitoral para o governo estadual sul-rio-grandense. Cabe dizer que, João Goulart – presidente nacional do PTB e candidato ao Senado – foi uma das figuras mais visadas pela propaganda oposicionista. Portanto, atacá-lo significava, ao mesmo tempo, combater à candidatura Pasqualini.

Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, foi preso e interrogado várias vezes. O “Anjo Negro” confessou ter encarregado Climério Euribes de Almeida, membro da guarda pessoal do presidente, para assassinar Carlos Lacerda. Envolveu Benjamim Vargas, irmão de Getúlio, acusando-o de mandante do crime. O arquivo particular de Gregório – contendo supostos documentos – revelou transações financeiras irregulares promovidas por ele, que envolviam pessoas próximas a Getúlio Vargas, inclusive seu filho Manuel Vargas (Maneco).

O *a pedido* sob o título “Para o PTB ler nos comícios: O Palácio do Catete estava imerso num mar de lama. Creia ou não. (Palavras do falecido presidente Getúlio Vargas ao sr. Osvaldo Aranha)” trazia uma cópia de um recebido “passado por Manoel Vargas a Gregório”. De acordo com o texto: “[...] Maneco vendeu a fazenda de seu pai (Getúlio Vargas) ao assassino do major Vaz e capanga-chefe do Catete. Gregorio pagou Maneco e Getulio com dinheiro do Banco do Brasil [...]”. E mais adiante, envolveu-se João Goulart: “[...] Jango e Manhães (cúmplice do golpe e do roubo) avalizaram a letra, mas

tanto Gregorio quanto seus avalistas não pagaram ao Banco do Brasil (dinheiro do humilde povo brasileiro)”. (CORREIO DO POVO, 12 de setembro de 1954, p. 18).

Conforme José Augusto Ribeiro (2001, p. 115-120), Maneco estava com problemas financeiros. Portanto, vendeu a Gregório Fortunato duas propriedades, por meio de empréstimo do Banco do Brasil do então ministro do trabalho, João Goulart. Portanto, um ministro de Estado avalizou um empréstimo em uma instituição financeira, em nome do chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, para ajudar a cobrir uma dívida pessoal do filho do presidente.

Outros *a pedidos* com o mesmo título procuravam demonstrar o envolvimento de lideranças trabalhistas – do campo político estadual – no transcorrer do inquérito policial. Assim, alardeavam os oposicionistas: “[...] Novos e espantosos documentos do arquivo secreto do chefe da guarda pessoal de Vargas – Concedia ondas de radio-emissoras em troca de favores especiais para o partido dos Jangos e dos Manecos” (CORREIO DO POVO, 15 de setembro de 1954, p. 7).

Dessa forma, indagava-se ao PTB:

- 1) Por que não deixou o sr. Getulio Vargas nenhuma citação de estímulo ou de confiança em sua carta ao Partido Trabalhista Brasileiro ou aos seus “diletos” amigos ou mesmo familiares?
- 2) Que razões morais o levaram ao suicídio, agora, quando em 29 de outubro de 1945, apeado do poder de modo mais ostensivo preferiu enfrentar a luta pelos seus ideais ao lado do povo?
- 3) Por que a estranha coincidência de aparecerem envolvidos nos escândalos que tanto magoaram o Presidente Vargas, só e invariavelmente altos proceres do PTB?
- 4) Que providências foram tomadas por tantos destacados trabalhistas que frequentavam o Palácio do Catete e privavam da intimidade do Presidente para evitar o “mar de lama” em que submergiu o governo de Vargas e o levou ao suicídio? (CORREIO DO POVO, 15 de setembro de 1954, p. 7).

Pode-se inferir que havia uma intencionalidade na propaganda eleitoral de relacionar lideranças trabalhistas sul-rio-grandenses com os indivíduos envolvidos diretamente no caso Toneleros. Segundo a Frente Democrática: O trio – Jango, Maneco e Brizola se honram da amizade de Gregório. Vários políticos do PTB passaram a ser denominados depreciativamente de “os gregórios”. Ademais, observa-se a narrativa oposicionista que responsabilizava os petebistas pela morte do presidente.

Leonel Brizola – deputado estadual do PTB – criticou a “República do Galeão”,^{xii} pois, de acordo com o parlamentar sul-rio-grandense, a publicidade de alguns documentos

concernentes ao inquérito do caso Toneleros teria finalidade exclusivamente eleitoral, ou seja, verdadeiro “achincalhe” ao poder judiciário.

[...] Não pensem que eu me envergonho de ter sido amigo do ‘preto Gregório Fortunato [...] Lutarei sem destemor para que ele venha ser julgado com as garantias que o direito brasileiro assegura a qualquer cidadão [...] ainda existem juízes no Brasil e que ainda os brasileiros haverão de ver todos os arbitrários e golpistas responsabilizados perante os tribunais da Nação Brasileira [...] (CORREIO DO POVO, 14 de setembro de 1954, p. 26).

Não obstante, Jango – principal liderança petebista, candidato ao Senado e figura exponencial da campanha de Alberto Pasqualini – foi o principal alvo dos opositores: “[...] Climério e Soares (co-autores do crime da rua Toneleros) eram do PTB e ligados ao sr. João Goulart [...] que ainda tem a ousadia de pedir votos do honesto povo gaúcho [...]”. Por fim: “[...] Antes, deveria depor no Galeão, para explicar suas amizades com os assassinos do major Vaz, os mesmos que levaram Vargas ao suicídio” (CORREIO DO POVO, 16 de setembro de 1954, p. 9).

ATENÇÃO – Para os “Brizolas” lerem na cama a história dos seus amigos “Gregorios” que tanto os honram e os exaltam. Poderá ser denominado esse capítulo, se os Brizolas assim o querem, de “A República do Galeão destroi o Império do Crime, dos falsários, dos ladrões [...] verdadeira quadrilha de Ali-Ba-Bá instalada nos porões do Palácio do Catete. Esse o bando de facínoras que mataram Getúlio Vargas de vergonha (CORREIO DO POVO, 16 de setembro de 1954, p. 9).

Um *a pedido*, mandado publicar por “um grupo de rio-grandenses”, intitulado “Ao Rio Grande do Sul”, criticava a Frente Democrática que estaria deixando-se “contaminar pelo lacerdismo”, ou seja, levando a campanha eleitoral para o “terreno dos ataques pessoais, da injúria, da calúnia e da difamação de homens de bem”. De um modo geral, lamentava-se que Getúlio Vargas permanecia, mesmo depois de morto, sendo alvo de “abjeta campanha” permeada com “ofensas e insultos”. Logo, “[...] o povo saberá responder nas urnas esses ignóbeis processos de propaganda política” (CORREIO DO POVO, 16 de setembro de 1954, p. 18).

Em resposta aos trabalhistas, a nota publicada pelos opositores acusou a propaganda do PTB de ter adquirido uma “violência incontida”, que iria desde a “distorção da verdade” até a “calúnia a homens de bem”. Apesar dos dirigentes petebistas, defendeu-se a continuidade da publicação de “fotostáticas e de depoimentos” referente ao inquérito da Toneleros como uma “contribuição honesta ao esclarecimento da verdade”. Por fim, os “homens do PTB” foram responsabilizados por “afogar” o

governo de Getúlio Vargas em um “verdadeiro mar de corrupção”, assim como pelos escândalos que levaram o “ex-presidente à amargura e ao desespero do suicídio” (CORREIO DO POVO, 17 de setembro de 1954, p. 16).

Ainda sobre os dois últimos *a pedidos*, um terceiro sob o título “As Madalenas Arrepêndidas” criticou os “porta-vozes” da Frente Democrática, pois procuravam: “[...] justificar-se de seus pecados contra a decência do debate político na atual campanha eleitoral [...]”. Também, foi mencionada a cobertura do caso da rua Tonelero e sua relação com as lideranças trabalhistas: “[...] Não será com ‘documentos’ oriundos dessa cartola de mágico que é o inquérito do Galeão que conseguirão ludibriar o povo e destruir a reputação de homens dignos e honrados” (CORREIO DO POVO, 18 de setembro de 1954, p. 16).

Contudo, as investidas contra o PTB e João Goulart não arrefeceram. Eram feitas as mesmas indagações – referenciadas anteriormente – ao PTB sobre o suicídio de Vargas. Entre fotocópias de recibos e cartas, exigia-se uma explicação ao “povo gaúcho” em relação ao dinheiro que Manoel Vargas recebeu de Gregório Fortunato, bem como acerca do aval de Jango aos recursos financeiros retirados do Banco do Brasil pelo chefe da guarda pessoal do presidente. Além disso, procurava-se provar a proximidade do presidente nacional do PTB com Gregório Fortunato e os coautores do crime do major Vaz: “Climerio e Soares emissários do sr. João Goulart [...] Não estranhem se um dia desses o sr. João Goulart seja chamado a explicar suas ligações pessoais com Gregorio” (CORREIO DO POVO, 19 de setembro de 1954, p. 19).

Continua de pé o repto que o povo gaúcho lançou aos srs. Manoel Vargas e João Goulart para que dêem suficientes explicações sobre o recibo de 4 milhões passado pelo primeiro a Gregorio Fortunato, e sobre o aval dado pelo segundo, para que esta quantia fosse levantada no Banco do Brasil pelo mesmo Gregorio que, assim, tornou-se feliz proprietário de uma estância sem puxar um tostão sequer. É simplesmente escandaloso o silêncio até agora desses dois poderosos dirigentes trabalhistas, que não se animam a vir a público dar uma palavra ao menos [...] (CORREIO DO POVO, 21 de setembro de 1954, p. 12).

De acordo com a Frente Democrática, João Goulart foi o “deputado mais caro e inútil que teve a República”. Assim, dizia a propaganda oposicionista: “[...] Das duzentas e oitenta e seis sessões legislativas a que deveria comparecer [...] só esteve presente em duas [...] não pronunciou um discurso, não apresentou um projeto [...]”. E mais adiante, criticou-se sua candidatura ao Senado: “[...] Onde já se pôde provar que especie de

Senador teríamos se, por acaso, o povo gaúcho o elegeisse” (CORREIO DO POVO, 26 de setembro de 1954, p.12).

Faltando uma semana para a votação, o *a pedido* sob o título “O sr. Alberto Pasqualini precisa declarar-se clara e francamente contra os gregorios antes de 3 de outubro!”, cobrava explicações do candidato trabalhista sobre o seu “estranho silêncio” em relação aos desdobramentos da investigação do atentado da Toneleros.

[...] – Acha o sr. Alberto Pasqualini coisa honesta o recibo do sr. Manoel Vargas ao Gregorio Fortunato? – Acha o sr. Alberto Pasqualini coisa honesta o aval do sr. João Goulart para que Gregorio retirasse do Banco do Brasil quatro milhões de cruzeiros destinados a Manoel Vargas? – Acha o sr. Alberto Pasqualini coisa honesta o silêncio dos implicados e a falta, por parte dos mesmos, de uma explicação pública sobre o assunto? – Acha o sr. Alberto Pasqualini coisa honesta e justa o empréstimo de 22 milhões de cruzeiros do Banco do Brasil ao sr. João Goulart, amigo do Presidente e Ministro de Estado? – Acha o sr. Pasqualini coisas honestas as compras sem concorrência realizadas pelo governo estadual do PTB? – Acha o sr. Pasqualini coisa honesta a espoliação do aumento descabido do custo de vida, decretado pelo governo do PTB? Acha o sr. Alberto Pasqualini, sinceramente (lembre-se dos seus discursos no Senado e do seu livro “Bases e Sugestões para uma política social”) que o PTB seja, efetivamente, o Partido dos humildes e dos trabalhadores? [...] O povo pede e merece respostas a estas perguntas, sr. Alberto Pasqualini [...] O povo, sr. Pasqualini, está cansado de ser enganado (CORREIO DO POVO, 26 de setembro de 1954, p. 12).

Convém analisar essa questão mais demoradamente. Qual a influência dos desdobramentos do inquérito do “atentado da Toneleros” nas campanhas estaduais? Os estudos de Cortés [1974] (2007), Bodea (1992) e Cánepa [2000] ^{xiii}(2005) não abordaram esse aspecto. Do ponto de vista destes autores, sobretudo dos dois primeiros, a “radicalização” da campanha do PTB – após a morte de Vargas – foi um fator determinante para a derrota da candidatura Pasqualini.

Entretanto, não se pode desconsiderar as investidas sistemáticas da Frente Democrática contra a candidatura petebista. A narrativa oposicionista procurou envolver lideranças trabalhistas – figuras destacadas na campanha ao governo do Estado, como, por exemplo, Jango e Brizola – com o “mar de lama” daquela crise política nacional, assim como culpabilizá-los pelo “desespero do suicídio” do presidente da República. Em outras palavras, tanto o “medo explorado” por Meneghetti, em virtude da “radicalização” da campanha trabalhista, quanto o desgaste/descredito da cúpula do PTB sul-riograndense são questões importantes para compreender os desdobramentos da campanha eleitoral.

Considerações finais

Nas eleições do dia 3 de outubro de 1954, Meneghetti suplantou Pasqualini por uma margem pequena de votos. O pleito foi nitidamente polarizado: de um lado, o candidato da Frente Democrática (PSD-PL-UDN), com 46,17% dos votos e, de outro, o candidato do PTB que atingiu 42,51% dos votos. Apesar do PTB ter sido derrotado, tanto para o cargo majoritário estadual, quanto para o Senado, os petebistas mantiveram-se como o maior partido estadual, aumentando sua representatividade na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa.

Com as eleições de outubro de 1954, encerrou-se toda uma fase do trabalhismo no Rio Grande do Sul. A morte de Getúlio Vargas e a segunda derrota eleitoral de Alberto Pasqualini fizeram desaparecer do cenário político as duas grandes lideranças históricas do PTB. Pasqualini, acometido de grave enfermidade, saiu da vida pública pouco tempo depois dessa eleição.

Esse é o momento em que Brizola consolida-se, como principal liderança do trabalhismo no Rio Grande do Sul, enquanto isso João Goulart afirma-se como o maior dirigente do partido no âmbito nacional. O PSD, por sua vez, quando Ildo Meneghetti assumiu o governo estadual em 1955, fortaleceu uma postura de independência em relação ao diretório nacional que resultou na dissolução da diretoria do PSD local. Não obstante, os pessedistas sul-rio-grandenses continuaram sustentando a sua linha de independência no que diz respeito ao governo de Juscelino Kubitschek.

No decorrer do trabalho torna-se perceptível a lógica relacional conflitiva entre partidos e candidato no jogo das oposições e distinções. O suicídio de Vargas gerou duas narrativas antagônicas na disputa eleitoral ao cargo majoritário estadual sul-rio-grandense. De um lado, o PTB e a retórica da “justiça das urnas” para vingar-se dos “golpistas”. De outro, diametralmente oposta, a Frente Democrática e a acusação de que os próprios trabalhistas eram culpados pela morte do Presidente da República.

Outro aspecto importante da campanha eleitoral é o “atentado da rua Toneleros” e sua influência no jogo eleitoral local. A “radicalização” da propaganda petebista – após a morte de Vargas – ratifica a interpretação já consolidada na historiografia, ou seja, a narrativa da Frente Democrática apresentando – no jogo das oposições e distinções – o candidato Ildo Meneghetti como defensor da “ordem e tranquilidade”.

Não obstante, a presente pesquisa revela uma perspectiva inaudita: a narrativa oposicionista procurou sistematicamente, por meio da propaganda eleitoral veiculada na imprensa escrita, responsabilizar lideranças trabalhistas – figuras destacadas na campanha ao governo do Estado, como, por exemplo, Jango e Brizola – pela crise nacional. Em suma, o desgaste/descrédito da cúpula do PTB sul-rio-grandense é um elemento importante para fins de compreensão do processo eleitoral de 1954.

Fontes

Correio do Povo

Correio do Povo, 28 de julho de 1954, p. 5.
Correio do Povo, 13 de agosto de 1954, p. 16.
Correio do Povo, 20 de agosto de 1954, p. 7.
Correio do Povo, 21 de agosto de 1954, p. 5.
Correio do Povo, 25 de agosto de 1954, p. 16.
Correio do Povo, 29 de agosto de 1954, p. 36.
Correio do Povo, 31 de agosto de 1954, p. 12.
Correio do Povo, 2 de setembro de 1954, p. capa.
Correio do Povo, 2 de setembro de 1954, p. 7.
Correio do Povo, 2 de setembro de 1954, p. 18.
Correio do Povo, 4 de setembro de 1954, p. 10.
Correio do Povo, 5 de setembro de 1954, p. 20.
Correio do Povo, 5 de setembro de 1954, p. 44.
Correio do Povo, 7 de setembro de 1954, p. 2.
Correio do Povo, 10 de setembro de 1954, p. 9.
Correio do Povo, 11 de setembro de 1954, p. 12.
Correio do Povo, 12 de setembro de 1954, p. 48.
Correio do Povo, 14 de setembro de 1954, p. 3.
Correio do Povo, 14 de setembro de 1954, p. 26.
Correio do Povo, 15 de setembro de 1954, p. 7.
Correio do Povo, 16 de setembro de 1954, p. 9.
Correio do Povo, 16 de setembro de 1954, p. 18.
Correio do Povo, 17 de setembro de 1954, p. 16.
Correio do Povo, 18 de setembro de 1954, p. 16.
Correio do Povo, 19 de setembro de 1954, p. 13.
Correio do Povo, 19 de setembro de 1954, p. 19.
Correio do Povo, 21 de setembro de 1954, p. 12.

Correio do Povo, 24 de setembro de 1954, p. 5.
Correio do Povo, 25 de setembro de 1954, p. 18.
Correio do Povo, 26 de setembro de 1954, p. 12.

Diário de Notícias

Diário de Notícias, 3 de agosto de 1954, p. 9.
Diário de Notícias, 7 de agosto de 1954, p. 4.

Diário de Notícias, 14 de agosto de 1954, p. 4.

Diário de Notícias, 19 de agosto de 1954, p. 2.

Diário de Notícias, 21 de agosto de 1954, p. 4.

Referências bibliográficas

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediufgrs, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufgrs, 2005.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 13-46.

_____, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3, p. 301-342.

LUCA, Tania Regina De. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

LEITE, Carlos Roberto da Costa. *O Estado do Rio Grande*. In: *Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa*. 30 anos. Porto Alegre: CORAG, 2004.

MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História e Sociologia: um debate sobre o uso dos conceitos na análise da imprensa pela historiografia no segundo governo Vargas. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Org.). *Pensar a história com e além de Bourdieu: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 19-32.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2008.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. História política e relações internacionais: uma abordagem sobre o segundo governo Vargas (1951-1954). In: Domingos, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Org.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 204-222.

RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001. v. 2.

Submetido em: 20/11/2019

Aprovado em: 02/12/2019

Publicado em: 24/12/2019

ⁱ Licenciado em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Campus Erechim, 2006), onde também é especialista em História da América Latina (2008). Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF, 2011) e doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS – PROSUC/CAPES, 2019). Atualmente é professor de história do Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen/RS. E-mail: marcos.asturian@iffarroupilha.edu.br orcid.org/0000-0001-8996-7346

ⁱⁱ O capítulo de Tânia Regina de Luca na obra organizada por Jaime Pinsky e Carla Pinsky (2005) sobre os periódicos como fonte e objeto.

ⁱⁱⁱ Sobre o “campo jornalístico”, na perspectiva de campo de produção ideológica e sua dinâmica conflitiva entre os diferentes campos de produção simbólica, ver: MARTINS (2017, p. 19-32).

^{iv} “[...] o PRP poderia, junto a suas bases de sustentação, justificar o apoio a um candidato trabalhista de corte pragmático-getulista-nacionalista com o perfil de Dornelles, Brizola, Jango e até do próprio Vargas. Não conseguiria, entretanto, digerir um trabalhista ideológico com o estilo de Pasqualini que sofria ainda por cima a oposição – justificada ou não – do clero das paróquias rurais. A primeira consequência direta do lançamento de Pasqualini em 1954 foi a inviabilidade da reconstituição da chamada Frente Popular PTB-PRP-PSP para se opor à Frente Democrática PSD-UDN-PL naquele ano. Tanto os ex-integralistas do PRP quanto os ademaristas do PSP negaram-se a apoiar Pasqualini [...]” (BODEA, 1992, p. 113).

^v “A candidatura de J. P. Sampaio foi retirada ao final da campanha” (CÁNEPA, 2005, p. 201).

^{vi} “Os liberais-conservadores não se conformavam com Vargas na presidência da República. Por duas vezes derrotada com seu candidato, o brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945 e em 1950, a UDN, mostrando-se incapaz de concorrer com a aliança PTB-PSD, escolheu a estratégia de desqualificar Vargas para escamotear seu próprio infortúnio político. Em 1945, a estratégia foi vitoriosa. Em 1950, para impedir a posse do presidente eleito, os udenistas recorreram à chicana da “maioria absoluta”. Seja atuando nos tribunais, seja, sobretudo, procurando apoio militar, os udenistas mostravam sua inconformidade com as segundas derrotas. Naquele momento, contudo, o conflito entre o projeto de Vargas representava, o nacional-estatismo, e o liberalismo dos conservadores atingiria o clímax, cindindo toda a sociedade. A opção pelo golpe [...] vai sendo amadurecida pelos grupos conservadores, tendo a UDN à frente, até tornar-se uma decisão irreversível a partir de 1953 [...]” (FERREIRA, 2011, p. 306-307).

^{vii} Além dos problemas políticos, o governo enfrentava uma crise econômica. Vargas iniciou o seu mandato em um contexto inflacionário e de desequilíbrio nas contas públicas. Apoiando a industrialização do país, o presidente, declarava aos trabalhadores uma “verdadeira democracia social e econômica”, em que cada cidadão tivesse, além dos direitos políticos, o direito de desfrutar o progresso que seria consequência do crescimento econômico. Para tanto, tornava-se elementar equilibrar as contas públicas e conter a inflação. Todavia, o quadro se agravou com as tensões sociais decorrentes do processo inflacionário que atingia, sobretudo, os setores médios e o operariado. Para Ana Luiza Reckziegel (2018, p. 209-210), na política externa, a postura do governo estava interligada às condições internas. Getúlio Vargas considerava elementar o desenvolvimento da industrialização. Para isso necessitava de empréstimos estrangeiros, pois o Brasil não dispunha de condições financeiras para os investimentos necessários. As dificuldades da política econômica foram consideradas de forma ambígua: Vargas aceitava as regras tradicionais do sistema internacional, procurando adequar-se a elas e, ao mesmo tempo, estimulava uma postura nacionalista, condenando, por exemplo, a remessa de lucros para o exterior. Enquanto isso, os Estados Unidos estavam pouco interessados em fomentar o desenvolvimento dos países periféricos. Já o governo brasileiro objetivando obter estes empréstimos defendia uma política de reciprocidade. Em outras palavras, no contexto da Guerra Fria, o Catete mantinha-se alinhado a Casa Branca e os estadunidenses liberariam os empréstimos. As dificuldades nas negociações dos empréstimos com os Estados Unidos levou Vargas a adotar como estratégia de pressão: a aproximação com o presidente argentino Juan Domingo Perón. Apesar do conflito pela supremacia sul-americana, havia uma proposta integracionista: o Pacto ABC. Em linhas gerais, tratava-se de uma integração econômica e política entre Argentina, Brasil e Chile. Nas palavras autora (2018, p. 208) “[...] na verdade, nada mais era do que a expressão da política peronista de formação de blocos regionais que se contrapusessem a potência hegemônica central, os Estados Unidos”. Conforme Ferreira (2003, p. 205) as políticas nacionalistas e de industrialização tanto do Brasil como da Argentina contrapunham – em alguma medida – a política externa preconizada pelos Estados Unidos referente à limitação do estatismo, assim como do nacionalismo econômico. A partir da gestão do republicano Dwight D. Eisenhower, os Estados Unidos – alegando contenção nos gastos públicos – deixou de fazer investimentos em infraestrutura no país. Ademais, o Banco Mundial cobrava dívidas de

empréstimos vencidos. Segundo Reckziegel (2018, p. 221-222), ainda sobre a questão da aproximação regional, os arranjos da política interna impediram maiores vínculos regionais, afastando o Brasil da Argentina. Os setores oposicionistas ao governo Vargas passaram a propagar o temor da consolidação de uma república sindicalista, à feição peronista. A diplomacia brasileira foi caudatária do projeto de associação ao projeto de unidade continental dos Estados Unidos em detrimento de uma ligação mais estreita entre os vizinhos sul-americanos. Portanto, as ações desencadeadas no âmbito externo foram fatores importantes em relação ao aprofundamento da crise com que Vargas se deparou.

^{viii} O arranjo partidário orquestrado pelo presidente Vargas não foi suficiente para aglutinar setores oposicionistas. A UDN – em sua ampla maioria – faria oposição sistemática ao governo federal. O udenista Carlos Lacerda – proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa* – notabilizou-se como uma das figuras mais expressivas da oposição ao segundo governo Vargas. De acordo com Cortés (2007, p. 215-216) ressalta-se que supostas irregularidades – tráfico de influência e corrupção – envolvendo o governo e seu entorno ganharam ampla publicidade por meio da atuação da bancada udenista e de sua imprensa.

^{ix} Jornal do Partido Libertador, lançado em Porto Alegre, circulou entre 1929 e 1937. Retomou as atividades entre 1946 e 1960, constantemente com interrupções. Ver, Leite (2004, p. 38).

^x “[...] se o suicídio de Vargas paralisou os golpistas, a reação popular os fez recuar. Surpresos e atemorizados, perderam a autoridade e, sobretudo, a legitimidade política para justificar como necessária a intervenção militar. O golpe era inviável. O presidente morto inspirava, no mínimo, prudência política” (FERREIRA, 2011, p. 315).

^{xi} “Houve também explosão da indignação popular no interior, expressada, entre outros atos, no ataque, em Passo Fundo, à redação do *Diário da Manhã*, de orientação claramente antigetulista [...]” (MAESTRI, 2010, p. 365).

^{xii} “Após o atentado da rua Toneleros, as elites conservadoras não mais esperariam a realização de eleições presidenciais. Nos jornais, gerais, brigadeiros e almirante eram incitados a derrubarem Vargas da presidência da República. A Aeronáutica tomou à frente do inquérito para desvendar o crime. O grupo encarregado das investigações, pela total liberdade de ação, ficou conhecido como “República do Galeão” [...]” (FERREIRA, 2011, p. 308).